AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي
UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

HHS52394 – 13/13/22/10

CONFERÊNCIA HUMANITÁRIA E DE PROMESSA DA UNIÃO AFRICANA

Revitalizar o Financiamento Humanitário em África
Documento de Referência

Panorama do Financiamento Humanitário em África

A União Africana está a fazer progressos em direcção aos objectivos articulados na Agenda 2063. A vontade política e a visão económica dos Estados-membros têm influenciado a agenda de desenvolvimento do continente; contudo, os recursos continuam a representar um desafio fundamental. Os recursos financeiros atribuídos para responder às preocupações humanitárias estão a diminuir enquanto as necessidades humanitárias estão a crescer rapidamente devido ao aumento de catástrofes climáticas, conflitos e Covid-19, o que tem agravado as necessidades existentes e contribuído para o abrandamento económico nos países africanos. As actuais crises humanitárias em África - na Região Austral, no Corno de África, nas regiões do Sahel e da África Central - continuam a ameaçar a agenda do desenvolvimento. Para erradicar a pobreza e trazer um rápido desenvolvimento socioeconómico, é necessário que África acelere a implementação das reformas financeiras existentes e trabalhe no sentido de aumentar o orçamento para os desafios humanitários, nomeadamente acrescentando o financiamento humanitário nos planos e orçamentos públicos nacionais de desenvolvimento.

A adopção da Decisão de Kigali (Assembly/AU/Dec.605 (XXVII) em Julho de 2016, deu um novo ímpeto à auto-sustentabilidade dos programas e operações da UA. Tem havido uma maior tendência na apetência dos Estados-membros para prestarem apoio financeiro à UA, de acordo com a Agenda de Reformas da UA. As reformas de Kigali procuram reforçar a autonomia de África no financiamento e promover uma partilha equitativa dos encargos do orçamento da UA entre os Estados-membros. É necessário um maior empenho para assegurar que estas reformas sejam implementadas.

O financiamento da acção humanitária em África requer reforma e/ou reforço, para que seja possível alcançar a previsibilidade, fiabilidade e acção humanitária atempada e rápida. A nível continental, existem duas fontes principais de financiamento. O orçamento principal da CUA para questões humanitárias é extraído dos 2% da contribuição dos Estados-membros. Este orçamento continua a ser praticamente inadequado. A Decisão EX.CL/591 (XVII) do Conselho Executivo recomendou que os Estados-membros aumentassem gradualmente a sua contribuição para o Fundo para Refugiados e PID de dois para quatro por cento do Orçamento Operacional da

Comissão, com efeitos a partir de Janeiro de 2011[1]. A decisão de expandir este fundo para 4% ainda não foi implementada. Dadas as necessidades crescentes, a contribuição de 4% para a acção humanitária deve ser revista e avaliada quanto à sua eficácia como mecanismo de financiamento da acção humanitária. Por outro lado, em conformidade com o quadro da Política Humanitária, os Estados-membros são convidados a afectar recursos nos seus orçamentos nacionais de 1,5% do PIB à acção humanitária, em conformidade com os seus compromissos no âmbito do Quadro de Sendai.

O segundo fluxo de financiamento é o Fundo Especial de Assistência de Emergência da UA (SEAF). O mandato do Fundo Especial de Assistência de Emergência da UA para a Seca e a Fome em África foi inicialmente estabelecido para apoiar os Estados-membros afectados pela seca deste fundo foi alargado para cobrir emergências de saúde pública e outras calamidades pela Decisão Ext/EX.CL/Dec.1 (XVI), adoptada pela Décima Sexta Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, de 8 de Setembro de 2014, realizada em Adis Abeba, Etiópia. Os recursos do fundo SEAF, que está domiciliado no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) estão agora a diminuir, devido ao aumento das exigências humanitárias. O financiamento da acção humanitária depende em larga medida dos doadores e parceiros. A União Africana continua a apoiar os Estados-membros afectados por crises humanitárias a partir do seu orçamento, mas este apoio continua a ser mínimo, devido a limitações de recursos. Este fundo também precisa de ser expandido e reforçado. Torna-se essencial que a União Africana e a comunidade internacional em geral respondam rápida e decisivamente para salvar vidas e proteger o acesso a serviços essenciais em África, bem como construir a resiliência das populações afectadas pela fome e por calamidades através da reconstituição de fundos humanitários.

Em termos gerais e no âmbito das reformas de financiamento propostas pela União, a arquitectura de financiamento de África para questões humanitárias deverá ser corrigida ou reforçada através da proposta de intermediação financeira e de veículos de canalização de recursos. A aspiração da UA é que seja criado um fundo humanitário no âmbito desta arquitectura. Um fundo alargado será um pilar principal para a consecução da eficácia humanitária em África. Propostas recentes e tipologia de fontes de financiamento do primeiro Plano Decenal da Agenda 2063 a, pelo menos, 75%-90% são oportunas.

O financiamento humanitário deve ser canalizado de uma forma que gere impactos duradouros ao longo do nexo humanidade-desenvolvimento-paz. Na sua concepção, deve abordar as necessidades de emergência generalizadas, mas também procurar responder às necessidades, aproveitando as oportunidades e soluções desde a prevenção, até à resposta, passando pelas estratégias de desenvolvimento sustentável e inteligente em termos climáticos aos níveis comunitário, nacional, regional e continental, de acordo com a Agenda 2063 - A África que Queremos.

[1] Decisão sobre a implementação do Plano de Acção para os resultados da Cimeira Especial sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos em África. EX.CL/591(XVII)

Visão Geral das Necessidades Humanitárias e Financeiras em África

As necessidades humanitárias em África são impulsionadas por catástrofes ligadas ao clima que se tornaram mais recorrentes e conflitos políticos. Estes inverteram o progresso do desenvolvimento em vários sectores, como a saúde, a educação, a segurança alimentar e os meios de subsistência.

Em África, as regiões com maiores necessidades humanitárias incluem o Norte de África e a África Ocidental e Central, devido a crises prolongadas que não mostram sinais de abrandamento. No Corno de África, desastres relacionados com o clima devido a sucessivas estações chuvosas fracassadas deixaram mais de 2 milhões de pessoas a precisar de assistência humanitária para salvar vidas. Na África Austral, as tempestades tropicais em Madagáscar e Moçambique também conduziram a necessidades humanitárias sem precedentes. Em Madagáscar, a insegurança alimentar aguda a nível de crise afectou mais de 1,3 milhões de pessoas, incluindo também 484.000 na 4ª Fase de Emergência IPC[2].

Os crescentes desastres relacionados com o clima exigem que África aumente o seu financiamento para a adaptação ao clima. Globalmente, 15 países estão classificados como mais vulneráveis e menos prontos para se adaptarem às alterações climáticas. Destes, 12 são de África. Estes países receberam menos de 6% do financiamento global para a adaptação em 2019[3]. Isto indica as lacunas sinistras no financiamento da adaptação climática.

O relatório 2021 sobre o Estado de Insegurança Alimentar (SOFI) salienta ainda que 282 milhões de pessoas estão subnutridas em África, um aumento de 49 milhões a partir de 2019[4]. A região da África subsahariana é a mais afectada com 24,1% da população subnutrida, enquanto a sub-região do Norte de África tem 7,1% de subnutridos. A desnutrição continua a ser um desafio, uma vez que África tem alguns dos casos mais elevados de desnutrição a nível mundial, sendo responsável por mais de nove em cada dez crianças com atraso de crescimento, mais de nove em cada dez crianças com desperdício, e mais de sete em cada dez crianças com excesso de peso em todo o mundo[5].

Enquanto se alcançam progressos para aumentar a vacinação da Covid-19 em África, são necessários mais recursos para a reconstrução de economias e planos de desenvolvimento que são afectados pela pandemia. Estes incluem o sector da educação, o sector do emprego e o sector da saúde. As pessoas marginalizadas

[2] Nível crítico de insegurança alimentar, os agregados familiares ou têm grandes lacunas de consumo alimentar que se reflectem em subnutrição aguda muito elevada e mortalidade excessiva; ou podem mitigar grandes lacunas de consumo alimentar, mas apenas empregando estratégias de emergência de subsistência e liquidação de bens

[3] Relatório sobre o Estado Global da Segurança Alimentar e Nutricional, 2021

[4] SOFI 2021. Transformação dos sistemas alimentares para a segurança alimentar, uma melhor nutrição e dietas saudáveis a preços acessíveis para todos

[5] Global State of Food and Nutrition security Report, 2021

foram desproporcionadamente afectadas, e os investimentos têm de ser dirigidos para elas.

Aproximadamente 115 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária em África, dos quais 75 milhões são alvo de assistência. Isto inclui mais de 5 milhões de refugiados na África Oriental e Ocidental. Cumulativamente, são necessários mais de 14 mil milhões de USD para fazer face às necessidades existentes em África.

Quadro 1: Planos de Resposta aos Refugiados (Fonte: OCHA, 2022 Visão geral das necessidades humanitárias)[6]

Planos de Resposta aos Refugiados	Pessoas necessitadas	Alvos	Requisitos em USD (Cifras de HRP)
República Democrática do Congo-RRP	2.4m	1.4m	531.7m
Sudão do Sul (RRP)	2.6m	2.6m	805.1m
Total de necessidades para os planos de resposta aos refugiados	5m	4m	1.4bn

Quadro 1: Visão geral das necessidades humanitárias regionais (Fonte: OCHA, Visão geral das necessidades humanitárias)

Necessidades Regionais	Pessoas Necessitadas	Alvos	Requisitos em USD (Cifras de HRP)
África Austral e Oriental	47.6m	38.4m	6.535.500.000
África Ocidental e Central	61.5m	32.7m	6.022.800.000
África do Norte	0.8036m	0.2108m	75.300.000
Total de necessidades (HRP)	109.91m	71.3108m	12.633.600.000

Estratégias de Mobilização de Recursos

1) **Financiamento Interno Africano**

A Posição Comum Africana sobre a Eficácia Humanitária destaca estratégias-chave sobre o financiamento humanitário. É necessária uma mudança de paradigma. Os Estados-membros são o pilar e assumem plena responsabilidade pela acção humanitária, pelo que é necessário melhorar a responsabilização e controlar melhor a afectação de recursos para assegurar a eficiência. A mobilização interna de recursos é

[6] **Os números fornecidos estão a mudar à medida que as necessidades e as situações evoluem.**

fundamental para uma arquitectura humanitária africana eficaz. Isto alavancaria a liderança africana no tratamento de questões humanitárias e na definição da própria agenda africana, inclusive através da aplicação dos seus compromissos no âmbito dos quadros humanitários[7].

A implementação da decisão de 4% de contribuição dos Estados-membros avaliada em conformidade com a Decisão EX.CL/591 (XVII) do Conselho Executivo, precisa de ser reforçada. Isto aumentará a contribuição dos Estados-membros para os desafios humanitários e servirá também como um mecanismo de financiamento mais sustentável capaz de permitir um financiamento humanitário atempado.

Os Estados-membros necessitam de integrar as questões humanitárias nos planos de desenvolvimento nacional, regional e continental com as necessárias dotações orçamentais. A este respeito, é necessário desviar o foco das medidas de reforço das estratégias de gestão dos deslocados e refugiados e colocar essa ênfase e enfoque na procura de soluções duradouras e sustentáveis.

A nível regional e nacional, o financiamento de questões humanitárias exigirá medidas que integrem as questões humanitárias nos planos e orçamentos nacionais e regionais. Como um amplo marco de referência, os Estados-membros são convidados a investir em medidas para DRR em conformidade com os compromissos assumidos no âmbito do Quadro Sendai, de 0,5% do PIB para DRR. Na A/RES/70/1 que adoptou os ODS, os Estados enfatizaram a implementação, reconhecendo a necessidade de uma Parceria Global para o Desenvolvimento revitalizada e comprometendo-se a "...trabalhar num espírito de solidariedade global, em especial, a solidariedade com os mais pobres e com as pessoas em situações vulneráveis..."[8]. A solidariedade global é necessária, assim como o "ambiente institucional propício" para o financiamento do desenvolvimento articulado na Agenda de Acção de Adis Abeba (AAAA).

2) Diversificação de Recursos

África deve explorar formas de angariar os seus próprios recursos para financiar acções humanitárias, incluindo a alavancagem das instituições financeiras internacionais (IFI), do sector privado, do filantropismo africano e das remessas da diáspora, bem como das instituições públicas e semi-públicas. A este respeito, a UA apela às CER para que acelerem a implementação das recomendações do Painel de Alto Nível Obasanjo sobre Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana.

a) Filantropismo Africano e Remessas da Diáspora

O filantropismo africano, os sectores informal e privado, bem como as remessas da diáspora, desempenham um papel fundamental na acção humanitária. Os avanços tecnológicos também tornaram a mobilização de recursos e as transferências

[7] UA, Posição Africana Comum sobre a Eficácia Humanitária
[8] Parágrafo 39

financeiras muito mais fáceis e mais acessíveis, mas estas precisam de ser revistas com ênfase na qualidade e no custo.

Reconhecemos que a Diáspora constitui um dos recursos importantes do continente, mas permanece em grande parte inexplorado. A diáspora pode desempenhar um papel importante não só pela sua contribuição financeira, mas também à luz do seu potencial na mobilização de competências sociais. Embora reconhecendo este importante papel das remessas da diáspora na acção humanitária e no desenvolvimento, apelamos à comunidade internacional a remover barreiras e a apoiar mecanismos seguros e legais de fluxos de remessas.

b) Parceria Estratégica com Doadores Tradicionais e IFIs

Embora os Estados-membros sejam os principais responsáveis pela protecção das populações que necessitam de ajuda humanitária, a comunidade internacional tem a responsabilidade fundamental de partilhar o fardo da ajuda humanitária. A UA reconheceu o papel crucial das parcerias estratégicas na mobilização de recursos e na partilha dos encargos. A União Africana tem vindo a trabalhar com vários doadores e parceiros, tendo-se registado diferentes desenvolvimentos ao longo dos anos.

Vários países intensificaram o seu financiamento humanitário nos últimos anos, no entanto, existe uma necessidade substancial de expandir a lista de doadores e aumentar as contribuições dos doadores existentes para responder ao esforço global partilhado que se torna urgentemente necessário. A UA reconhece que ainda há necessidade de reforço da parceria existente, com maior ênfase no financiamento plurianual de projectos longos e financiamento flexível e previsível, a fim de prover soluções duradouras.

c) Parcerias do Sector Privado

A UA apela a um forte envolvimento do sector privado e do sector informal, incluindo medidas de reforço dos mecanismos de financiamento a longo prazo, não tradicionais. Com o aumento das necessidades humanitárias, África terá de identificar outros mecanismos de financiamento não tradicionais para além dos mecanismos "tradicionais", a fim de complementar os recursos humanitários restritos. O sector privado é um parceiro-chave para a agenda de desenvolvimento de África. O envolvimento do sector privado na acção humanitária poderia potencialmente conduzir a soluções inovadoras, eficiências, e novas formas de financiamento. Algumas lições podem ser retiradas do envolvimento do sector privado e o CDC Africa na resposta à Covid-19. Lições também podem ser extraídas da resposta à Ebola, por exemplo o Grupo de Mobilização do Sector Privado para a Ebola (EPSMG), uma coligação de mais de 48 empresas com activos e operações importantes na África Ocidental que contribuíram para a resposta à Ebola, fornecendo apoio directo doando financiamento, pessoal, equipamento, e através da construção de infra-estruturas, bem como concedendo empréstimos especializados em construção, logística, e serviços de

distribuição[9]. Os esforços de sensibilização do grupo também desempenharam um papel importante no apelo colectivo para uma maior acção na resposta à Ebola.

O envolvimento com o sector privado não só reforçará os recursos existentes como também levará a maiores parcerias em matéria de recursos de produtos e serviços humanitários em África. Isto fará aumentar o comércio intra-africano e levará eventualmente a um aumento das capacidades dos fabricantes africanos para produzirem artigos de alto padrão.

Com a criação da Agência Africana de Ajuda Humanitária (AfHA), o seu papel primordial é o de identificar parceiros e doadores, incluindo o sector não tradicional e privado, e identificar áreas de parcerias de acordo com a visão e objectivos da AfHA. A cimeira é uma boa oportunidade para identificar e estabelecer estas parcerias e estabelecer recomendações claras sobre a forma como as diferentes partes interessadas serão envolvidas.

Áreas enfocadas na Mobilização de Recursos

1) Estratégias de Prevenção

Devido ao aumento das catástrofes, as deslocações de populações, a insegurança alimentar crónica e a pobreza estão todas a aumentar. A violência baseada no género também tem vindo a aumentar, com as mulheres a serem mais afectadas. A Posição Comum Africana sobre a Eficácia Humanitária e o Quadro de Política Humanitária da UA sublinha que as intervenções humanitárias devem concentrar-se na prevenção, observando que a prevenção é mais rentável do que as respostas humanitárias a emergências. Por outro lado, salienta que a acção humanitária deve ir além da resposta e da recuperação, para incluir o desenvolvimento e a construção de capacidades dos Estados afectados, bem como a resiliência da comunidade. Ademais, a acção humanitária deve assegurar a existência de medidas adequadas para proteger os direitos das populações deslocadas.

O financiamento deve ser direccionado para uma maior resiliência e intervenções de desenvolvimento que visem reforçar as capacidades das comunidades para lidar com os choques emergentes, bem como levar à inclusão económica social. Estes incluem programas centrados nas adaptações climáticas, protecção social e redes de segurança sensíveis à nutrição, saúde, educação, seguros de saúde, entre outros.

2) Maior Financiamento para a redução do risco de calamidades e Acção Preventiva

A UA procura angariar recursos que serão direccionados para permitir ao HHS da UA apoiar os Estados-membros a preparar, mitigar e reduzir os efeitos de diferentes formas de catástrofes. Estas medidas incluem apoiar os Estados-membros com

[9] Oxfam, Ebola e o Sector Privado Reforçando a resposta e as economias da África Ocidental

ferramentas e apoio técnico para aumentar a sua capacidade de prever e, sempre que possível, prevenir catástrofes e mitigar o seu impacto nas populações vulneráveis.
Do mesmo modo, é primordial aumentar o financiamento de acções preventivas que provaram ser mais eficazes em termos de custos e proteger os bens críticos nas comunidades.

1) Voltar a construir Melhor um Pós-Covid-19

A Covid-19 teve um impacto em diferentes sectores, invertendo os ganhos de desenvolvimento obtidos nos anos anteriores. Os investimentos humanitários devem concentrar-se no aumento das respostas de recuperação em África, mais entre as populações vulneráveis. Estas respostas abrangem capacitação económica e oportunidades de subsistência para as comunidades vulneráveis; intervenções para reduzir os níveis de insegurança alimentar; e reforço dos sistemas de saúde centrando-se em serviços que foram perturbados, tais como malária, tuberculose, VIH, vacinações, cuidados de saúde materna e infantil, e saúde adolescente.

Outrossim, a CUA e o CDC África devem fazer um apelo claro ao financiamento das campanhas nacionais de vacinação com vista a assegurar uma vacinação equitativa para todos, inclusive para as pessoas que vivem em áreas frágeis e marginalizadas.

A Covid-19 também demonstrou que os programas de redes de segurança social desempenham um papel fundamental na protecção dos meios de subsistência. Parte dos programas de recuperação deve incluir programas de segurança social bem financiados que incluam também refugiados que acolhem e áreas de regresso em África que são economicamente mal servidas. O Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos dos Cidadãos à Protecção Social e à Segurança Social proporciona uma importante oportunidade para o reforço dos compromissos entre os Estados-membros no sentido de expandir e reforçar os programas de redes de segurança social.

2) Agência Humanitária

Durante a sua Cimeira realizada a 30 de Janeiro de 2016, a Assembleia da União Africana adoptou uma Posição Comum Africana sobre a Eficácia Humanitária (PAC), encapsulando a nova arquitectura humanitária de África através da Decisão **Assembly/AU/Dec.604 (XXVI)**. Na Decisão, a Assembleia adoptou igualmente dois instrumentos principais para reforçar a implementação da nova arquitectura, nomeadamente, um Quadro de Política Humanitária Africana e uma Agência Humanitária Africana e solicitou ainda à Comissão que iniciasse o processo para a sua operacionalização, ancorada nos princípios do Pan-Africanismo e dos valores comuns africanos.

A AfHA assegurará uma acção humanitária atempada e eficaz em África e será um pilar institucional na abordagem das deslocações forçadas no continente, dando efeito ao objectivo da centralidade dos Estados africanos na acção humanitária no

continente[10]. A Cimeira de Malabo de 2022 é um passo progressivo para a sua operacionalização. Subsequentemente, serão necessários recursos para a criação da agência.

Quadro 1: Orçamento para a operacionalização da agência AfHA *(Fonte: Relatório de estudo sobre as modalidades de operacionalização da Agência Africana de Ajuda Humanitária)*

Ano	Orçamento para os Postos de Pessoal para AfHA - Despesa Anual (USD)	Estimativa anual dos custos administrativos, operacionais e de programa (USD)	Total das Despesas Anuais
Ano 1	947.950	3.451.965	4.399.916
Ano 2	1.508.288	8.207.647	9.715.935
Ano 3	3.553.247	6.756.612	10.309.859
Ano 4	3.628.423	6.857.671	10.486.094
Ano 5	3.703.688	6.927.470	10.631.159
Total dos custos durante 5 anos	13.341.596	32.201.367	45.542.962

3) Financiamento da inclusão socioeconómica de refugiados, deslocados internos, retornados e comunidades de acolhimento para permitir soluções.

O modelo de *"cuidados e manutenção"* em que os refugiados estão confinados a campos durante anos enquanto aguardam o regresso, provou ser em grande parte improdutivo para os refugiados e os seus anfitriões. As Comunidades Económicas Regionais (CER) têm assegurado uma abordagem baseada em soluções para as deslocações. Contudo, são necessários maiores investimentos na auto-suficiência e integração dos refugiados, a fim de capacitar economicamente os refugiados a serem agentes de crescimento económico em vez de comunidades marginalizadas.

4) **Estabelecer Coligações de África para a resiliência das comunidades como plataformas de parceria orientadas para a acção**

Concebidas como plataformas ágeis e de múltiplos intervenientes ao longo da abordagem nexus, as Coligações Africanas para a Resiliência Comunitária reuniriam

[10] Posição Comum Africana sobre a Eficácia Humanitária

parceiros públicos e privados, instituições financeiras, agências humanitárias e de desenvolvimento, bem como financiamentos inovadores aos níveis local, nacional, regional e continental, com o objectivo de gerar recursos e investimentos para o avanço das prioridades que os membros da UA estabeleceram na abordagem das lacunas humanitárias e de desenvolvimento, mas também na construção de oportunidades e soluções para o desenvolvimento sustentável. Seguindo o modelo UA-CDC África para a segurança e resiliência sanitária, poderão ser estabelecidas coligações semelhantes ao longo de objectivos comuns em matéria de resiliência climática, em conformidade com a Estratégia Africana para as Alterações Climáticas e o Desenvolvimento Resiliente (2022-2027) e o Plano de Acção de Recuperação Verde da UA (2021-2027).

Recomendações

1. Estabelecer um fundo humanitário da UA para uma resposta eficaz, fiável e atempada às crises e reforçar a implementação da decisão de 4% de contribuição dos Estados-membros avaliados.

2. Intensificar os esforços de defesa e alavancar o envolvimento com doadores emergentes para construir uma resposta eficaz, eficiente e centrada nas pessoas às necessidades humanitárias, com base em avaliações coordenadas das necessidades. Defender um maior nível de previsibilidade de financiamento por parte das comunidades Pan-Africanas e internacionais, o que permite uma acção mais eficiente e;

3. Reforçar as parcerias com o sector privado e instituições financeiras com o objectivo de procurar financiamento a longo prazo para crises prolongadas, através de uma abordagem nexo.

4. Estabelecer e fazer funcionar mecanismos de responsabilização para controlar a utilização dos recursos, e a eficiência dos programas ou projectos com clara demonstração de resultados.

5. Reforçar a localização da resposta e canalizar mais fundos para os actores locais e nacionais. É necessário identificar mecanismos de financiamento locais para apoiar a resposta humanitária, inclusive através da colaboração com entidades nacionais auxiliares fortes.

6. Disponibilização de financiamento humanitário adequado, flexível, previsível e consistente para permitir aos países e comunidades de acolhimento responderem às necessidades humanitárias imediatas. É necessário um maior apoio financeiro para o repatriamento voluntário e a reintegração dos retornados mediante o fornecimento de pacotes adequados que incluam assistência jurídica, financeira, material e logística aos refugiados e retornados.

7. As coligações africanas para a resiliência são exploradas como plataformas de parcerias com múltiplas partes interessadas e catalisadores de recursos e

investimento no nexo humanidade-desenvolvimento-paz aos níveis local, nacional, regional e continental.

8. Aconselhar os doadores internacionais a respeitarem os seus compromissos no âmbito do Grande Acordo de Bargain de forma a assegurar que pelo menos 25% do financiamento humanitário vá para os respondentes locais e nacionais, o que inclui os Estados-membros, bem como organizações humanitárias nacionais e lideradas por refugiados, que desempenham um papel crítico nas respostas humanitárias.

9. Mobilizar e fornecer recursos financeiros suplementares a África para a adaptação ao clima e a RRC, a fim de responder às necessidades urgentes de adaptação e mitigação de África, acção humanitária, e mecanismos de financiamento, nomeadamente acções baseadas em previsões. Estas abordagens funcionam através da afectação automática de fundos quando é atingido um limiar específico de previsão ou de desencadeamento.

10. Há necessidade de investimento nos sistemas de saúde, sobretudo em alertas inovadores, vigilância e monitorização em tempo real sobre a continuidade dos serviços de saúde essenciais, especialmente em situações de conflito e de fragilidade. Isto deve também incluir um maior volume de investimento e a atribuição de prioridades aos serviços que foram interrompidos e tiveram um mau desempenho desde o início da pandemia e a redefinição das prioridades de outras doenças que têm afectado a economia e o desenvolvimento de África nos últimos anos, o que inclui o VIH, a Malária e a Tuberculose.

11. Estabelecer a capacidade da UA para fazer face a crises e criar reservas ao nível regional.